

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Autorizado pela Lei 1648/2018

www.capanema.pr.gov.br

CAPANEMA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

Gente que Trabalha, Cidade que Cresce.





EXPEDIENTE

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005,
LEI MUNICIPAL Nº 1.648/2018

DIREÇÃO: Sueli Rosana Gonzatti

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Vitória Lovera Marostega

APOIO TÉCNICO: Diego Stefano Junges e Pedro Augusto Gluszewicz Santana

PREFEITURA DE CAPANEMA

Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP: 85.760-000

Fone: (46) 3552-1321

E-mail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br

Capanema - Paraná

Prefeito Municipal: Neivor Kessler

Vice-Prefeito Municipal: Edemir Zandomênic Junior

Secretário de Administração: Sueli Rosana Gonzatti

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente: Airtton Marcelo Barth

Secretário(a) de Logística e Contratações Interino: Carolina Weissheimer

Secretária de Educação e Cultura: Adriana Magnanti Lassig

Secretário de Esporte e Lazer: Anderson Ricardo Nodari

Secretário(a) da Família e Evolução Social: Izoete Aparecida Walker

Secretário da Fazenda Pública: Alecxandro Noll

Secretário de Infraestrutura e Urbanismo: Jair Canci

Secretário(a) de Saúde: Magaiver Rodrigo Felipsen

Secretário de Viação e Obras: Valdir Luft

Diretor-Geral da SECON: Franconer Minte

Procurador-Geral: Orlandino Prause da Silva Junior

Chefe de Gabinete: Roseli Salvador Weissheimer

Controladora Geral do Município: Jeandra Wilmsen

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85.760-000

Fone: (46) 3552-1596

E-mail: secretarialegislativa@capanema.pr.leg.br

Capanema - Paraná

Vereador: Dirceu Alchieri - Presidente

Vereador: Geancarlo Denardin - Vice-Presidente

Vereadora: Ivone Maria Natal da Silva - 1º Secretária

Vereadora: Edna Aparecida Tavares - 2º Secretária

Vereador: André Luiz Drebes

Vereador: Edson Wilmsen

Vereadora: Eduarda Soares Tortora

Vereador: Ercio Marques Schappo

Vereador: Jilmar Jablonski

Vereador: Sergio Ullrich

Vereador: Valdomiro Brizola

DECRETOS

DECRETO Nº 7.984, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

Declara de utilidade pública a área correspondente ao trecho da Estrada Rural Duas Barras até Vaca Branca, na zona rural do Município de Capanema, com vistas à execução de obras de pavimentação asfáltica, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o interesse público na melhoria da infraestrutura viária rural do Município, promovendo segurança, mobilidade e qualidade de vida à população;

CONSIDERANDO os marcos geográficos que delimitam o início e o término da área a ser beneficiada;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de interesse social, de mobilidade e de desenvolvimento econômico, a área correspondente ao trecho da Estrada Rural Duas Barras até Vaca Branca, localizada na zona rural do Município de Capanema – PR, com extensão aproximada de 4.053 metros lineares (quatro mil e cinquenta e três metros) e área total de 23.904,24 m² (vinte e três mil, novecentos e quatro metros quadrados e vinte e quatro decímetros quadrados), delimitada pelas seguintes coordenadas UTM: Início do trecho: 22813.85 m E, 7167177.37 m S, e fim do trecho: 228123.00 m E, 7164679.00 m S.

Art. 2º A presente declaração tem por finalidade viabilizar a execução de obras públicas de pavimentação asfáltica no referido trecho.

Art. 3º A presente declaração de utilidade pública não implica desapropriação ou alteração de titularidade das áreas lindeiras, devendo-se observar os limites da faixa de domínio público e as disposições legais pertinentes.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de dezembro de 2025.

Neivor Kessler

Prefeito Municipal

PORTARIAS

PORTARIA CONJUNTA PGM/SEFAZ Nº 001/2025

Estabelece os critérios objetivos para a classificação de risco das demandas judiciais e define o fluxo de informações para subsidiar o registro contábil de Provisões e Passivos Contingentes.

O Procurador-Geral do Município e o Secretário Municipal da Fazenda Pública do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de mensurar adequadamente os passivos e provisões no Balanço Patrimonial do Município, em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964;

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes);

Considerando a necessidade de subsidiar a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais (LRF, Art. 4º) com informações fidedignas sobre o risco judicial;

RESOLVEM:

CAPÍTULO I DO OBJETIVO E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º Esta Portaria estabelece os critérios objetivos para a classificação da probabilidade de perda em demandas judiciais movidas contra o Município, com o objetivo de subsidiar o registro contábil das Provisões (risco provável) e a evidenciação dos Passivos Contingentes (risco possível) pela Secretaria Municipal da Fazenda Pública – SEFAZ.

Art. 2º Compete à Procuradoria-Geral do Município – PGM, por meio dos Procuradores responsáveis pelos feitos, classificar todas as ações judiciais com potencial impacto financeiro, conforme os critérios definidos no art. 3º.

Art. 3º As demandas judiciais serão classificadas quanto ao risco de perda (resultado desfavorável ao Município) utilizando os seguintes critérios objetivos:

I - RISCO PROVÁVEL: A probabilidade de perda é superior à probabilidade de êxito (chance > 50%).

- a) Existência de jurisprudência consolidada (Súmula ou Precedente Vinculante) desfavorável ao Município sobre o tema;
- b) Decisão desfavorável em segunda instância (Tribunal de Justiça) já proferida;
- c) Parecer técnico ou jurídico interno que reconheça a alta probabilidade de sucumbência.

Parágrafo único. A Contabilidade deverá registrar o valor estimado nas contas de controle do PCASP.

II - RISCO POSSÍVEL: A probabilidade de perda é menor ou igual à probabilidade de êxito (chance <= 50%), mas não é remota.

- a) Jurisprudência dividida nos tribunais sobre o tema;
- b) Processo em fase inicial (ex: aguardando contestação ou instrução) sem elementos suficientes para classificar como provável ou remoto;
- c) Decisão favorável ao Município em primeira instância, mas com recurso pendente e chance de reversão.

Parágrafo único. A Contabilidade deverá registrar o valor estimado em Nota Explicativa considerando cada tipo /classe de passivo contingente.

III - RISCO REMOTO: A probabilidade de perda é mínima e insignificante.

- a) Jurisprudência consolidada (Súmula ou Precedente Vinculante) favorável ao Município;
- b) Ação manifestamente improcedente ou contrária à legislação vigente.

Parágrafo único. Não requer registro (salvo agrupamento em Nota Explicativa, se o volume for relevante).

CAPÍTULO II DA MENSURAÇÃO E DO FLUXO DE INFORMAÇÕES

Art. 4º Além da classificação de risco definida no art. 3º, a PGM deverá fornecer ao Setor de Contabilidade a melhor estimativa do valor do impacto financeiro (valor da causa atualizado, valor da condenação provável ou valor de perícia) para todas as ações classificadas como "Prováveis" ou "Possíveis".

Art. 5º Fica instituído o "Relatório Consolidado de Demandas Judiciais" como instrumento oficial de comunicação entre a PGM e a SEFAZ.

Art. 6º O fluxo de informações obedecerá aos seguintes prazos e responsabilidades:

I - A PGM deverá encaminhar o Relatório Consolidado previsto no art. 5º, devidamente atualizado com a classificação e mensuração de todas as ações relevantes, Departamento Contábil e Financeiro.

II - A periodicidade mínima de envio do relatório será anual, até o dia 15 de janeiro de cada ano, para subsidiar o fechamento do Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Parágrafo único. A PGM deverá informar o Departamento Contábil e Financeiro imediatamente sobre qualquer decisão judicial relevante que

altere substancialmente a classificação de risco ou o valor provisionado de uma ação.

Art. 7º O Departamento Contábil e Financeiro, de posse do Relatório Consolidado, é responsável por efetuar os registros contábeis pertinentes (Provisão ou Nota Explicativa) no Balanço Patrimonial.

Art. 8º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do exercício de 2026.

Município de Capanema, Estado do Paraná, aos 4 dias do mês de dezembro de 2025.

Orlandino Prause da Silva Junior
Procurador-Geral do Município

Alexandro Noll
Secretário Municipal da Fazenda Pública



CAPANEMA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

Gente que Trabalha, Cidade que Cresce.

O ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PODE SER CONSULTADO GRATUITAMENTE NOS SEGUINTE LOCAIS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

internet: www.capanema.pr.gov.br